

TRAJETÓRIA INSTITUCIONAL DO AGROTURISMO EM UMA COLÔNIA ITALIANA

Agrotourism's institutional path in an Italian settlement

RESUMO

O presente artigo conceitua o processo de desenvolvimento do agroturismo se iniciando a partir de propriedades rurais preexistentes, no qual a falta de tecnologia e as dificuldades de capacitação de pessoas seriam limitantes para o desenvolvimento. Tais limitações são atenuadas quando são tratadas eventuais lacunas das instituições existentes que não estimulam a cooperação entre agentes. O artigo apresenta o resultado de um estudo qualitativo realizado em organizações rurais para captar a trajetória institucional do agroturismo na colônia italiana de Venda Nova do Imigrante - ES. Partindo de conceitos estruturantes da Nova Economia Institucional, foi mapeado o contexto institucional no qual emergiram as atividades do agroturismo na região. As evidências obtidas indicam que a herança cultural coletivista deu espaço a relações sociais mais impessoais, e nessa transição institucional a instituição privada criada por empreendedores locais conseguiu coordenar a colaboração de alguns produtores para gerar externalidades de rede e ganhos de eficiência. A principal contribuição do presente estudo é mostrar como instituições privadas podem contribuir para estimular a cooperação entre agentes mesmo quando inseridas em um ambiente institucional com fraca proteção aos direitos de propriedade.

Jazan Mageski Alves
Fundação Instituto Capixaba de Pesquisas em Contabilidade, Economia e Finanças
jazan.alves@gmail.com

Marcelo Sanches Pagliarussi
Fundação Instituto Capixaba de Pesquisas em Contabilidade, Economia e Finanças
marcelo@fucape.br

André Carlos Busanelli de Aquino
Universidade de São Paulo – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto
aaquino@usp.br

Recebido em 14/11/2011 . Aprovado em 27/05/2013
Avaliado pelo sistema blind review
Avaliador científico: Daniel Carvalho de Rezende

ABSTRACT

This paper work conceptualizes the developmental process of agrotourism which starts from pre-existing rural properties and in which the lack of technology and the difficulties of training people would be limiting for development. Such limitations can be solved mostly by filling the institutional gaps that do not induce cooperative behavior among agents. Based on a qualitative field study conducted on rural organizations located in Venda Nova do Imigrante (State of Espírito Santo, Brazil), we were able to capture the institutional path associated with the development of agro tourism in an Italian settlement. Using a New Institutional Economics framework, our results indicate that the collectivist cultural traits were moderated by a private institution that was created by local entrepreneurs, and this institution supported cooperative behavior between them, fostered the emergence of impersonal transactions, resulting in positive network externalities and efficiency improvements. This work contributes with the literature by showing how private institutions can foster cooperation among agents even when inserted in an institutional environment with weak protection of property rights.

Palavras-chave: Instituições, instituição privada, desenvolvimento institucional, comunidades rurais, agroturismo.

Keywords: Institutions, private institution, institutional development, rural communities, agrotourism.

1 INTRODUÇÃO

O presente estudo teve o objetivo de descrever a trajetória institucional das atividades econômicas associadas ao agroturismo, especificamente em Venda Nova do Imigrante – ES. O agroturismo já foi considerado anticomercial, por apresentar baixo padrão de instalações e conforto, falta de profissionalismo e de organização de sua estrutura, e por ser um negócio de pequena escala e de difícil controle administrativo (DAVIDSON, 1992). Entretanto, no contexto europeu, muitos produtores

continuam aderindo ao negócio do agroturismo, atividade que representa renda adicional e força a autorregulação em relação à manutenção da propriedade rural (NILSSON, 2002).

Comumente, as principais dificuldades identificadas ao desenvolvimento de atividades de agroturismo são a deficiência de conhecimentos específicos sobre a prestação de serviços de turismo e a falta de habilidades gerenciais dos agentes envolvidos, tanto internamente às propriedades rurais quanto externamente (FLETCHER; COOPER, 1996). O desenvolvimento do agroturismo foi estudado por autores como Busby e Rendle (1999),

Campanhola (1999), Roque (2001), Schneider e Fialho (2000), Silva, Vilarinho e Dale (1998) e Yoon, Gursoy e Chen (2001). Os autores, focando diferentes contextos regionais e nacionais, voltaram-se para a compreensão da dinâmica desse desenvolvimento, com foco na identificação de aspectos relacionados com o maior ou menor crescimento do setor.

Apesar das dificuldades associadas ao agroturismo, é possível sumarizar, a partir desses estudos, também aspectos positivos associados. A atividade oferece renda adicional para o produtor rural, a qual atua como um agente de mudança social pelo intercâmbio de costumes urbanos e rurais. O agroturismo também potencializa a qualidade da infraestrutura nas áreas do turismo e reduz a saída de mão de obra do meio rural; e promove o aumento da oferta de empregos e da qualidade de vida. Assim, o agroturismo contribui para o desenvolvimento local.

Apesar da exposição desses aspectos, em geral não é discutida a dinâmica que os envolve como estão inseridos no contexto regional em que se manifestam. No presente artigo é apresentado o argumento de que as limitações como falta de treinamento e infraestrutura podem vir a ser mitigadas caso surja cooperação entre as unidades rurais envolvidas no momento do surgimento do setor. E que no caso em questão, a presença de crenças compartilhadas de base coletivista propiciou tais condições.

Para realizar a leitura da dinâmica institucional optou-se pelo aporte teórico da Nova Economia Institucional. De maneira mais específica, os principais conceitos trazidos como base da discussão são: (a) as instituições como fontes de restrição e capacitação das ações humanas (NORTH, 1990, 2005); (b) as instituições como provedoras de *enforcement* e poder coercivo (AOKI, 2001; GREIF, 2005); (c) as decisões de indivíduos e organizações podem ser influenciadas por decisões anteriores acumuladas ao longo do caminho (*path-dependence*) e (d) mudança incremental, fundamentais para o entendimento dos processos de mudança institucional (AOKI, 2001; NORTH, 1990, 2005).

A escolha do *locus* do estudo se justifica pela referência que a cidade de Venda Nova se tornou na definição do modelo de governança adotado pelos participantes dos arranjos produtivos de agroturismo do Espírito Santo, um dos pioneiros do setor no Brasil (PIN; CARNIELLI, 2007; SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS - SEBRAE, 2005). A região também possuía a característica institucional de interesse na análise, a herança cultural coletivista, dada pela predominância da imigração italiana.

A partir das citadas articulações teóricas da Nova Economia Institucional, e de contribuições dos estudos anteriores sobre agroturismo, a análise em questão segue uma abordagem descritiva (SNOW; THOMAS, 1994) e tem como principal objetivo contribuir com a identificação dos construtos e conceitos institucionais do desenvolvimento do agroturismo na região de Venda Nova do Imigrante. A partir daí, suscitar a ampliação da análise de como a matriz de instituições presentes pode afetar o desenvolvimento do agroturismo, e poderiam ser intencionalmente melhoradas as instituições especificamente em Venda Nova para potencializar a indústria em questão.

A coleta de dados partiu de uma pesquisa documental sobre aspectos históricos de Venda Nova do Imigrante e de sua relação com a dinâmica da mudança institucional associada ao agroturismo. Em seguida foram realizadas entrevistas com proprietários e participantes de organizações locais, assim como observação sistemática de eventos locais. O tratamento de dados foi realizado por meio da análise do conteúdo, dentro da abordagem temática (BARDIN, 1997).

Como resultado, a partir das articulações teóricas e empíricas realizadas, o presente estudo indica que o agroturismo se iniciou em Venda Nova sob a influência de uma herança cultural italiana, coletivista em essência, a qual nos primeiros movimentos de cooperação dos primeiros empreendedores balizou a cooperação, mesmo sem existência de acordos formais. Com a fundação da associação para o desenvolvimento do agroturismo, uma instituição privada começa orientar a entrada dos novos membros, ao passo que durante uma década a herança cultural coletivista foi sendo dissipada. O setor obteve ganhos de eficiência decorrentes da atuação da associação, mas atualmente dada divergência de interesses se encontra estagnado em termos de inovação institucional, em pleno processo de transição ainda não concluído.

Para chegar a essa contribuição o artigo, inicialmente, discute e articula contribuições empíricas sobre o setor de agroturismo e teóricas da Nova Economia Institucional. Em seguida apresenta a metodologia e a contextualização do *locus* estudado, analisado em confronto com as articulações teóricas anteriores. Por fim, são apresentadas as considerações finais do estudo.

2 PREMISSAS E PROPOSIÇÕES DA NOVA ECONOMIA INSTITUCIONAL

Para orientar o entendimento desta seção destaca-se que uma comunidade (no caso, rural, com atividade econômica orientada ao agroturismo) é entendida aqui

como um conjunto de agentes (produtores rurais, consumidores, poder público local, sindicatos, etc.) submetidos a uma matriz de regras e de convenções. Tais regras e convenções, chamadas de instituições, estabilizam a interação desses agentes, incluindo, mas não se limitando às transações comerciais, à medida que restringem as escolhas dos agentes a um grupo pré-definido de opções de rumo de ação, seja no cunho comercial, jurídico ou associativo.

Em resumo, instituições são as regras que definem a interação dos agentes economicamente orientados, e que acabam por orientar o comportamento em sociedade (NORTH, 1990)¹. Exemplos de tais regras são as leis formalmente estabelecidas (i) pelo Estado, em um país, ou envolvendo mais de um país, como tratados internacionais, ou locais, como municipais, ou (ii) estabelecidas por organizações ou grupos de agentes, como as normas internas de uma empresa, normas de uma associação de condôminos, ou (iii) que não forem estabelecidas por uma coordenação central, mas que emergiram de inúmeras interações repetidas de indivíduos, como os costumes existentes em determinado grupo. Sejam formais ou informais, patrocinadas por um agente coordenador ou surgidas espontaneamente, tais regras orientam quais as escolhas seriam preferíveis (em detrimento de outras que seriam socialmente menos aceitas). Ao escolherem as alternativas de ação segundo as regras, indivíduos e organizações teriam um maior benefício, à medida que seriam recompensados ou não seriam punidos pelo grupo que aceita aquelas regras.

Portanto, ao oferecer uma estrutura para a vida cotidiana, as instituições teriam assim um papel de reduzir a incerteza das escolhas diárias, e gerariam maior incentivo à produção e investimentos, à medida que definiriam e protegeriam direitos de propriedade (NORTH, 1990). A própria incerteza do convívio social, potencializada pelas limitações cognitivas, levaria os indivíduos a desenvolver heurísticas que com o passar do tempo reforçam a preferência por certas escolhas, restringindo o conjunto de opções de ação disponível aos indivíduos. Facilitando assim, o

¹O conceito de instituição tem sido presença crescente na pesquisa em diversas áreas da economia, da sociologia e das ciências políticas, e continua a se desdobrar em significados novos ao longo do tempo. Dependendo do tipo de análise, uma ou outra abordagem institucional pode-se mostrar mais adequada. A adoção de uma abordagem econômica no caso em questão é motivada pelo foco nas escolhas racionais dos agentes (produtores rurais) e suas iniciativas em gerar associações.

processo de tomada de decisão nas organizações, que consideram as regras para vencer o jogo estabelecido pelas próprias regras, por meio de uma combinação de habilidades, estratégia e coordenação, incluindo possíveis violações às regras em algumas situações (AOKI, 2001; NORTH, 1990).

A partir dessa definição, Douglass North desenvolve o reconhecido argumento de que instituições importam para o desenvolvimento e para a eficiência econômica, portanto deve existir um arranjo institucional factível que leve a um desempenho superior para os agentes envolvidos e para sociedade. Portanto, aqueles agentes reunidos operam sob as instituições pré-existentes (que se formaram e perduram ao longo dos anos, informais ou formais), são afetados por elas (leis, costumes, crenças, etc.) e podem vir a se organizar no sentido de mitigar seus efeitos ou mesmo alterá-las.

Acontece que na interação social, dada especialização da produção, a transferência de bens e serviços, e remuneração da produção, não acontecem sem custo. E tal custo, conhecido como custo de transação, é impactado pelo ambiente institucional (conjunto de regras formais e informais que regem aquela “arena” de trocas).

Enquanto custos de produção são os recursos empregados na atividade de transformação e logística, custos de transação são os esforços colocados no uso do mecanismo de mercado (WILLIAMSON, 1985), e incluem custos de seleção das partes (comprador/vendedor, empregador/funcionário, etc.), custos de negociação, custos de informação, custos de monitoramento e custos de coerção (*enforcement*). Em uma visão contratual, pode-se dizer que são custos de preparar e negociar os acordos – *ex ante* à assinatura do acordo/venda - (busca e seleção das partes, informação sobre as partes e bens envolvidos, negociação, tomada de decisão, redação do acordo), e custos de concluir os acordos – *ex post* à assinatura do acordo/venda - (monitoramento do acordo², resolução de

²Para monitorar o acordo e fazer com que seja cumprido, as informações sobre os atributos (características) do bem devem estar minimamente disponíveis ao comprador, sob pena dele subprecificar o bem, dada ausência de informação e consequente risco associado. Os esforços de obter informações sobre certos atributos são custos de mensuração. Já as ofertas de garantias por parte do vendedor é a forma de evitar a queda de valor do bem (que seria subprecificado pelo comprador), dado que a informação sobre durabilidade do item em questão, por exemplo, não é antecipável, não é contratável em geral, portanto é economicamente eficiente o produtor/vendedor manter tal informação privada e ofertar garantias (BARZEL, 1982).

conflitos e risco de captura³). Tais custos de transação são afetados sobremaneira pela forma como os direitos de propriedade sobre ativos e sobre os bens transacionados são definidos e protegidos (BARZEL, 1982). Por sua vez, tais definições são suportadas pelo ambiente institucional da “arena” na qual a transação está acontecendo, na forma de garantias, registros de marcas e patentes, custos de seleção de bens, e salvaguardas contratuais, incluindo o sistema judiciário (NORTH, 1990). Para North (1990), a conexão entre o ambiente institucional e os custos de transação é que o primeiro determina o último, e que as organizações, ao buscarem minimizar tais custos, podem alocar esforços na mudança das regras.

As organizações são minimizadoras de custos de produção e transação, e ao buscarem minimizar os custos de transação as organizações escolhem entre arranjos de governança factíveis (WILLIAMSON, 1985, 2005) que mitigam potenciais problemas de proteção de direitos de propriedade (ex. fragilidade jurídica), potenciais dificuldades de disponibilidade informacional (ex. pouca exigência em transparência), problemas esses que acabam por tornar certos arranjos produtivos e organizacionais menos eficientes e, portanto, preteridos. Por fim, do racional de North (1990) e Williamson (1985), como é o ambiente institucional que determina o nível dos custos de transação, transações complexas que necessitam de delineamento apropriado de direitos de propriedade surgirão apenas em ambientes institucionais mais desenvolvidos.

A questão relevante neste ponto é: como instituições são desenvolvidas? North (1990) inicia a sua teoria para a mudança institucional propondo que as organizações induzem a transformação das instituições⁴.

³Em Williamson (1985) uma das principais fontes de custos de transação – *ex post* – decorre dos riscos associados à captura de renda de um produtor que faz investimento em ativos específicos. Ambientes institucionais fracos geram desincentivos para que uma parte faça investimentos que seriam totalmente dedicados a uma parceira ou contrato de fornecimento, dado o risco da outra parte simplesmente abandonar o acordo sem compensar a perda dos investimentos feitos, ou forçar renegociações de preço ou qualidade corroendo o lucro de quem fez os investimentos, e agora se vê preso à transação. Nestes casos, a colaboração não surge, e tal atividade será desenvolvida internamente pela própria firma que realiza os investimentos, ou não será ofertada.

⁴Tal mudança pode ser lenta. As instituições por si só impõem restrições aos indivíduos verem fora dos conceitos compartilhados naquela instituição (interpretação restrita), dado que indivíduos se especializam em habilidades e conhecimentos para atuar naquela regra (NORTH, 1990).

Contudo, a capacidade de interferir nas instituições vigentes depende do poder de barganha do indivíduo, ou organização, relativo aos outros grupos, da persistência cultural e das características das regras informais, que resultam em um caminho evolucionário para a mudança institucional (AOKI, 2001; GREIF, 1994; NORTH, 1990).

Em North (2005) o processo de mudança institucional seria caracterizado pela seguinte lógica. A priori as organizações continuamente analisam suas interações com as instituições presentes. As condições ambientais de escassez de recursos e competição em que operam as levam a investirem continuamente em novos conhecimentos e habilidades para sobreviver, o que incentiva retornos crescentes num dado caminho institucional. Tal ambiente institucional define a estrutura de incentivos com a qual as organizações fazem suas escolhas de aquisição de conhecimento e habilidades. Essas respostas (escolhas das organizações) decorrem de percepções individuais (dos construtos mentais dos jogadores) a respeito das regras do jogo. A mudança institucional é incremental, e dependente do caminho anterior, dado que sendo economicamente orientadas, as organizações vão preferir ganhos de economias de escala, de escopo e externalidades de rede, associadas ao efeito aprendizagem. Dadas tais condições econômicas de preferências das organizações, a seguir são apresentadas as considerações específicas sobre o processo de mudança institucional.

2.1 Crenças Compartilhadas e Mudança Institucional

As crenças culturais têm sido constantemente apontadas em estudos da Nova Economia Institucional como os principais determinantes da estrutura institucional (AOKI, 2001; GREIF, 1994; NORTH, 2005). Um dos desafios tem sido o entendimento do papel desempenhado pelas convicções, ideias, dogmas e ideologias na dinâmica institucional (NORTH, 1990).

Em Greif (2004) as instituições não seriam as regras em si, mas a crença compartilhada entre os diversos agentes sobre a validade das convenções, costumes, leis, ou seja, da efetiva influência desses nas escolhas individuais. Tal crença compartilhada sobre a efetividade de convenção, língua, hábitos, forma o que se chama “cultura”. Portanto, herança cultural seria a transmissão de crenças entre membros de diferentes gerações que convivem durante algum tempo em uma comunidade. A perpetuação da herança cultural depende da interação com as crenças emergentes de outras heranças na mesma região. Um conjunto particular

dessas crenças diz respeito às expectativas dos indivíduos em relação à ação dos outros em diversas situações, ou seja, convenções de conduta. Assume-se que as pessoas seguem convenções, pois esperam maior retorno ao agir em conformidade com as convenções. A expectativa da ação de um agente é uma distribuição de probabilidade dada pela crença do agente quanto às consequências de atender ou não a uma convenção. As crenças, com o tempo, são cristalizadas, surgindo um padrão de comportamento que é costumeiro, esperado e autocoercivo.

De forma similar, para Aoki (2001) as instituições são sistemas autossustentados de crenças compartilhadas a respeito das condutas em interações repetidas entre indivíduos ou organizações. Tais crenças se estabelecem como resultado do equilíbrio de um jogo entre as organizações, submetidas a um prévio conjunto de regras, que ao serem questionadas, alcançam um estado de crise e evoluem até outro estado de equilíbrio. São equivalentes às regras do jogo de North, porém são geradas endogenamente.

Um desafio presente no processo de identificar os estados de equilíbrio possíveis nessa dinâmica é que o modelo inicial para um dado ambiente institucional requer a especificação de algumas regras exógenas (AOKI, 2001). Aoki (2001) e Greif (1997, 1998) propõem que a dependência do caminho (*path dependence*) e a análise histórica são as chaves para o estabelecimento dos aspectos tecnológicos e institucionais que devem ser estabelecidos exogenamente. Em exemplo de formação exógena, restringindo o desenvolvimento institucional Greif (1994) mostra que as sociedades coletivistas usam a estrutura social mais segregada como fonte de *enforcement* coletivo, o que induz a eficiência na transação dentro dos grupos e requer instituições formais menos custosas, porém restringe a eficiência das transações entre os grupos. Por outro lado, sociedades individualistas menos integradas econômica e socialmente, possuem o *enforcement* contratual garantido pela intervenção de uma terceira parte, notadamente uma corte, o que incentiva a divisão do trabalho e especialização, pois as instituições dão suporte às transações impessoais.

Por fim, resumindo as implicações cognitivas na mudança institucional, Aoki (2001), propõe as etapas dessa mudança, ressaltando que a distribuição de poder político entre os grupos é normalmente favorável à manutenção do *status quo*. O mecanismo da mudança

institucional ocorre da seguinte forma: (1) uma instituição sustentada em um dado contexto ambiental e histórico e deixa de proporcionar um conjunto de regras e *enforcement* que os indivíduos percebem como consistente em relação aos resultados de suas ações. Um estado geral de desequilíbrio cognitivo é atingido (2), em que a percepção da inadequação do repertório atual de heurísticas (2a) é seguida pela experimentação, pelo investimento em novos conhecimentos e pela tentativa de adaptar outros modelos mentais identificados (2b). Uma nova instituição e seus respectivos modelos subjetivos a respeito do jogo são formados (3), em uma dinâmica que envolve o refinamento dos modelos de tomada de decisão propostos (3a) e o estabelecimento desses modelos como regras sustentadas pelas ações individuais (3b). O autor sugere que a etapa de crise institucional deve ser mais curta e distinta que as demais, e que se o foco recair sobre a transição entre as etapas 2b a 3, a mudança institucional deve parecer mais gradual. Além das fronteiras entre as etapas e a duração de cada uma não serem claras, a definição de cada etapa não corresponde necessariamente à sequência dos eventos históricos, apesar de ser uma sequência lógica (AOKI, 2001).

2.2 Tipos de Mudança Institucional

Para Greif (2005) as instituições emergem como resposta às necessidades de um grupo ou da sociedade, de forma espontânea ou intencional. As instituições que emergem de interações de indivíduos (*organic private-order*) surgem informais e mantêm-se assim, até que sejam substituídas por outras. Tais interações frequentes levam à cooperação, pois as redes sociais utilizadas para a transmissão de informação facilitam punições econômicas ou sociais, informais, pelo desvio de comportamento. Os resultados decorrentes motivam os agentes a manterem a cooperação, e a reforçarem as convenções (GREIF, 1994). Já as instituições que surgem da atuação intencional decorrem da ação organizada de legisladores (*public-order*). Contudo as instituições públicas não são necessariamente suficientes para garantir a eficiência do ambiente institucional, para certas situações as instituições públicas podem deixar de ser aplicáveis ou funcionais (AOKI, 2001), justificando então a ação articulada de agentes privados para criar e patrocinar instituições voltadas para ordenar transações específicas na sociedade (*designed-private order*), esperando que outros agentes se submetam a esse desenho institucional

(GREIF, 2005)⁵. Em um contexto em que as instituições formais, principalmente públicas, são inexistentes, ineficientes ou apresentem lacunas significativas, tais instituições privadas surgem com o objetivo de assegurar um grau de *enforcement* não suficientemente delineado ou garantido pelas instituições públicas (BROUSSEAU; RAYNAUD, 2006).

Especificamente as instituições privadas são formadas por membros que concordam em dispor de recursos para assegurar regras de atuação que podem determinar a extensão de mercados, grau de trocas voluntárias e complementos contratuais. Potencializadas pela homogeneidade de interesses dos membros, as instituições privadas proporcionam ganhos de escala até o limite em que os benefícios obtidos com a ordem privada são maiores que o risco e o custo da manutenção dessa ordem (BROUSSEAU; RAYNAUD, 2006; GREIF, 2005). O benefício de ter regras mais adequadas (e de maior coerção) às necessidades de regulação das transações específicas aos agentes em questão deve superar o risco da governança coletiva de ser capturada em favor de uma minoria (AOKI, 2001; BROUSSEAU; RAYNAUD, 2006; GREIF, 2005). Fatores que influenciam o surgimento de instituições privadas são a convivência em associações de classe, proximidade entre pares, e existência de homogeneidade nas preferências dos agentes (BROUSSEAU; RAYNAUD, 2006).

Em resumo, as seções seguintes desenvolverão o conceito de que os agentes produtores, revendedores, políticos e consumidores do Agroturismo na região, estariam sujeitos às instituições informais, organicamente desenvolvidas e reforçadas na herança cultural local, e em um primeiro momento sujeitos às instituições formais, leis municipais, estaduais e federais, que atuariam como fundo

legal para a organização do setor. Mas agentes privados reunidos começariam a atuar no sentido de desenvolver instituições privadas, e solicitar novas instituições públicas, que levariam o setor a condições de desempenho superior.

3 ABORDAGEM METODOLÓGICA

A abordagem metodológica escolhida para a condução da pesquisa foi um levantamento qualitativo em organizações rurais cujo objeto do estudo é a mudança institucional (formais e informais) no agroturismo na cidade de Venda Nova do Imigrante principalmente a partir de 1992. Procurou-se adotar os procedimentos sugeridos por Bogdan e Biklen (1994) para a realização de estudos de organizações ao longo de um período determinado de tempo, com o objetivo de relatar seu desenvolvimento. As técnicas de coleta de dados envolveram a observação participante, a condução de entrevistas e a análise documental. Os documentos consultados envolveram fontes primárias e secundárias.

A investigação em campo começou com o entendimento da criação e atuação da Associação do Agroturismo de Venda Nova do Imigrante (AGROTUR). Na série de entrevistas realizadas na associação foram identificadas as organizações que participam diretamente da atividade econômica do agroturismo (Quadro 1), assim como as possíveis origens do Agroturismo local.

Das 13 propriedades identificadas na região associadas à AGROTUR, as quais recebiam o turista sem abandonar a agricultura como atividade primária foram visitadas e realizadas entrevistas com todos os membros adultos das famílias que estiveram diretamente envolvidas com as atividades do agroturismo. Dessas entrevistas foram obtidas informações básicas que permitiram fazer a seleção de nove dessas propriedades para entrevistas em profundidade. Após a primeira rodada de visitas e entrevistas, um conjunto de pessoas e organizações foi identificado como tendo participado diretamente de eventos relacionados ao agroturismo ao longo de todo o período estudado. Nas organizações que deram suporte ao agroturismo foram realizadas entrevistas com todas as pessoas que puderam ser identificadas como tendo envolvimento direto com as atividades de incentivo ao agroturismo. Entre as organizações, destacam-se o Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural (INCAPER); SEBRAE-ES; Secretaria Municipal de Turismo de Venda Nova do Imigrante; TV Gazeta – Produção do Jornal do Campo; Alpes Hotel; Banco do Brasil e Sistemas de Cooperativas de Crédito do Brasil (SICCOOB), além de ex-moradores e produtores já falecidos.

⁵O autor ainda divide para fins didáticos as instituições em: instituições de *enforcement*, e instituições de *coerção*. A primeira teria o mesmo significado visto em North (1990), são as regras do jogo. As instituições de coerção são as regras específicas que distribuem entre os agentes o poder de fazer com que as do primeiro tipo sejam cumpridas. Fazem tal coerção desencorajando aqueles que poderiam vir a abusar dos direitos alheios usando um poder coercivo adquirido (não reconhecido pela instituição), e também criam condições para que aqueles institucionalmente revestidos de poder, ex. - juizes e polícia – exerçam e tenham tais direitos estabelecidos e respeitados. No artigo adotamos a terminologia de North, considerando que a alocação e efetividade do poder de fazer cumprir é característica da mesma instituição, ou seja, da regra do jogo.

QUADRO 1 – Atividades exercidas pelos associados da AGROTUR

Número de Organizações	Atividades exercidas		Recebe o turista na propriedade?
05	ONGs (Associação Festa da Polenta – AFEPOL; Associação de Mães Voluntárias da APAE, Associação Voluntárias do Bazar do Hospital Padre Máximo, e outras).		Não se aplica
09	Pequenos artesanatos, a maioria na área urbana (<i>biscuit</i> , madeira, camisas, chaveiros, bombons, etc.)		Não
15	Pequenos produtores, a maioria na área urbana (geléias, biscoitos, licores, vinhos, tomate seco, goiabada, bordados, etc.)		Não
13	01	Propriedade rural trabalhando com biscoitos e massas.	Sim
	01	Propriedade rural trabalhando com artesanato de galhos de café, biscoitos, trabalhos manuais.	
	08	Propriedades rurais trabalhando com café, leite, cachaça, fubá, milho, socol, etc.	
	03	Propriedades rurais com pousada, área de lazer (pesque-pague) e restaurante.	

Em um primeiro momento, as entrevistas foram conduzidas de modo espontâneo, baseadas em uma lista chave de temas para orientar o diálogo, com duração máxima de uma hora e meia. Tal procedimento é indicado nos casos em que se deseja obter informações sobre situações, eventos ou processos ocorridos, “[...] e respondentes bem-informados podem dar interpretações importantes para uma determinada situação” (YIN, 2005, p. 118). Eventualmente foram realizadas mais de uma sessão com alguns participantes, para não extrapolar esse intervalo de tempo. O conteúdo das diversas entrevistas foi triangulado entre os diversos respondentes e o informante-chave (proprietário do Hotel Alpes). O informante-chave foi escolhido em função de ter participado do início da institucionalização do Agroturismo e ter atuado efetivamente na coordenação dos agentes que constituiriam a AGROTUR. As informações coletadas das entrevistas foram confrontadas pelo observador não participante (um dos autores), passo a passo, em cada propriedade visitada e em cada festividade para a qual era convidado. Esse procedimento permitiu confrontar visões e opiniões, sobretudo sobre ordenamento histórico dos fatos.

Desde os primeiros contatos nas propriedades, na primeira etapa da pesquisa de campo, foram realizadas observações quanto à estrutura das mesmas, processos de produção empregados, o estilo de vida nas propriedades, aspectos do ambiente, e adaptações realizadas e em realização.

Posteriormente, com a abordagem teórica definida, foram elaborados roteiros de observação e de registros dos

dados. Nessa fase foram realizadas de 3 a 4 visitas de observação em cada propriedade, com duração variável entre uma e duas horas. Observou-se a estrutura das propriedades, os processos de produção empregados, o estilo de vida de proprietários e empregados, aspectos do ambiente, e as adaptações realizadas e em realização para o exercício do agroturismo. Tal observação permitiu que questões de aprofundamento fossem realizadas, procurando por vezes harmonizar as informações passadas com algumas observações porventura diferentes, dentro do próprio estabelecimento visitado, ou entre entrevistados. Tal procedimento foi uma iniciativa para eliminar perda de confiabilidade (CAMPBELL; FISKE, 1959).

As notas de campo, das observações e entrevistas, assim como os documentos de campo coletados, foram alvo de análise de conteúdo seguida de análise temática, segundo orientações de Bardin (1997) e Bogdan e Biklen (1994) respectivamente. Já a organização dos fatos históricos se baseou em fontes primárias, como livros de assinaturas e sugestões dos turistas, o acervo de pequenos museus, fotografias e documentos internos, coletadas junto às organizações-chave para o estudo, e fontes secundárias como livros sobre a história de Venda Nova do Imigrante e do Estado do Espírito Santo, reportagens em revistas, reportagens em vídeo e documentários. A análise das fontes secundárias focou aspectos institucionais presentes na região, tais como as influências do processo de colonização realizado, o papel dos imigrantes na formação da comunidade e seus hábitos e costumes religiosos, entre outros.

Para a interpretação de todos os dados, foram elaborados mapas e árvores de associação de ideias para encadear as informações. Os mapas foram inspirados em Spink (2004) e visaram à organização de fatos, atos, eventos e posicionamentos de modo a construir uma linha de narrativa. Um desses mapas é apresentado na seção de resultados.

4 A TRAJETÓRIA DAS INSTITUIÇÕES EM VENDA NOVA

A seguir são apresentados o contexto histórico em que se desenvolveu a atividade do agroturismo em Venda Nova e a trajetória institucional em que se insere o agroturismo. As evidências e argumentos serão indexadas com um mapa de associações de conceitos, através de siglas entre colchetes, ex. [A1], significando a evidência/ argumento 1, relacionados ao conceito A. O mapa é apresentado ao final do item 4.

4.1 Herança Cultural e Aspectos Históricos: Fatores Exógenos à Mudança

Com a implementação de políticas de imigração, pelo governo Imperial brasileiro, na segunda metade do século XIX, a então Província do Espírito Santo recebeu algumas levas de imigrantes, em especial, alemães, italianos e pomeranos. Nesse período foram criadas três colônias de imigrantes, Santa Isabel, Santa Leopoldina e Rio Novo (fundada em 1854), tendo esta última predomínio italiano, com a chegada em 1875 dos italianos do Tirol. A colônia permaneceu isolada e sem acesso ao aprendizado da língua portuguesa, e acabou fracassando como empreendimento dadas as péssimas condições das terras e o alto preço que os colonos deveriam pagar, a título de foro, ao dono da empresa privada de imigração (COSTA, 1981). Até que em 1880 a colônia Rio Novo foi emancipada, surgindo o núcleo Castello que alcançou os 1079 habitantes (dos quais 976 provenientes da Itália) com a chegada dos primeiros colonos em 1981 (LAZZARO; COUTINHO; FRANCESCHETTO, 1992). A partir de 1890, as famílias começaram a se mudar em busca de terras mais férteis e relevo menos acidentado, e se instalaram em região próxima que viria a ser delimitada no futuro para formar o município de Venda Nova do Imigrante (VNI)⁶.

⁶Quando a referência à Venda Nova do Imigrante for feita, sobretudo no contexto histórico de 1870 a 1980, deve ser entendido como a área que no futuro reuniria as propriedades rurais que atualmente foram o município, que foi politicamente constituído apenas em 1989, quando se emancipou de Conceição do Castelo. A mesma extensão de terras no passado recebeu vários nomes, portanto optou-se por VNI uniformemente.

Três características viriam a ser fundamentais da formação de VNI, a busca de melhores condições de plantio, o isolamento geográfico e a consequente preservação dos costumes e modelo de convivência, ou seja, a Herança Cultural Italiana. Esses aspectos são fatores exógenos, segundo método de análise da dinâmica institucional proposto por Aoki (2001) e Greif (1997, 1998).

A preservação da Herança Cultural Italiana [A1], moldando a convivência em um sistema patriarcal, sem separação entre membros de uma família, gerava coesão, solidariedade e minimizava a interferência de forças desagregadoras (COLBARI, 1997). Tal coesão permitia o enfrentamento das adversidades das condições físicas da região, como clima, relevo e solo [B1]. O isolamento geográfico [C1] era consequência da falta de estradas, principalmente durante as cheias, que deixavam a comunidade isolada durante dois a três meses por ano (LAZZARO; COUTINHO; FRANCESCHETTO, 1992), o qual dificultou o desenvolvimento da região e gerou a necessidade de cooperação [D1]. Pode-se dizer que a relação patriarcal e os grupos de parentesco sustentaram a organização comunal e definiram as estratégias de sobrevivência em condições hostis (COLBARI, 1997).

Nesse modelo de convivência as famílias se reuniam sob o mesmo teto, diversos casais com seus filhos, tendo o *nono* como o chefe do clã, e o primogênito na posição ascendente sobre os outros irmãos. Na falta do *nono* o comando passava para o filho mais velho. Era comum habitarem sob o mesmo teto entre trinta a quarenta membros de uma família (ZANDONADI, 1980). Havia uma ligação direta entre trabalho, vida social e religião, fundamentada numa moralidade pautada por valores comunitários que se sobrepujavam às pretensões individualistas [A2]. A vida comunitária se estruturou principalmente em torno da religiosidade e de uma estratégia racional, que prescrevia a coesão e o investimento em melhorias da vida coletiva [D2] (COLBARI, 1997).

No cotidiano das famílias imigrantes a missa aos domingos e a reza da ladainha ou do terço, realizadas de forma coletiva, não devem ser vistas apenas como expressões da religiosidade. Eram práticas que estimulavam também a convivência, o benefício da coletividade, reforçando a coesão social e cooperação [D3]. O mutirão e as práticas de ajuda mútua constituíam comportamentos movidos não apenas por objetivos materiais comuns, mas também pelo sentido de beneficiar ao indivíduo ou à coletividade [D4]. Definia-se, assim, “um ethos cultural diverso daquele prevalecente no sistema cultural fundado pelos colonizadores portugueses” [A3] (COLBARI, 1997).

A preservação da religião, da comida e da língua de origem reafirmava a intenção da preservação cultural como forma de estimular a resistência e a solidariedade do grupo (BANCK, 1978).

Nilo Brigatto, na época Bispo de Venda Nova, afirma em depoimento a Lazzaro, Coutinho e Franceschetto (1992), lembrar-se que em sua infância, quando uma família precisava de alguma coisa as outras emprestavam, mesmo que fosse dinheiro, sem cobrar juros [A4]. Nilo Brigatto afirma que quando alguém adoecia, as pessoas se reuniam ofereciam ajuda à família que estava temporariamente sem uma pessoa trabalhando. Ele ainda coloca que o mutirão surgiu no tempo dos imigrantes [D5]. Depois surgiu o interesse da exploração e essa união foi sumindo [H1]. Nilo Brigatto ainda relata o costume, nas datas das festas principais, de fazer orações uns nas casas dos outros (LAZZARO; COUTINHO; FRANCESCETTO, 1992).

Estavam sedimentadas as bases da sociedade coletivista que iria se refletir na estruturação das atividades do agroturismo em meados de 1990. Observam-se os elementos descritos por Greif (1994) e North (1990) para o contexto institucional que caracteriza as transações personalizadas: (a) a estrutura social segregada, fortemente influenciada pela barreira do idioma; (b) a predominância de relações horizontais; (c) a homogeneidade cultural; (d) as transações repetidas; e (e) a ausência de *enforcement* pela terceira parte, pois o *enforcement* é garantido pelos elevados custos de saída decorrentes do isolamento do grupo.

Quanto aos fatores produtivos e tecnologia, pode-se dizer que a produtividade das propriedades rurais no Espírito Santo era significativamente defasada em relação ao restante da região sudeste do país. Na estrutura econômica do estado, dominada pelas atividades agrícolas, predominavam métodos e técnicas empíricas de exploração e preservação da terra agricultável. Em 1950, a região que se tornaria VNI reunia 58 tratores, 1.665 arados e onze ceifadeiras distribuídos em 44.170 propriedades rurais (cerca de 55 mil hectares à época), com uma população de aproximadamente 300.000 pessoas trabalhando em tais propriedades (BITTENCOURT, 2006). Em termos de comparação, enquanto VNI tinha 1 trator para 952 hectares em 1950, a média nacional era 1/2280 (censo 1950), 1/468 (censo 1960), e 1/204 (censo 1970). VNI não acompanhou esse movimento, sobretudo pelos ganhos de escala da aplicação de maquinários, dado relevo (750 m de altitude, em região montanhosa). Tal situação remete à afirmação de North (1990), apesar de existirem baixos custos de transação, dado contexto institucional em que predominam

as transações personalizadas, os custos de produção são elevados, devido ao caráter rudimentar da divisão do trabalho e da especialização. Os agentes começaram a reagir a essa condição.

Em 1947, após enfrentar dificuldades para a compra de tecido para a fabricação de sacaria para café, um grupo de cafeicultores da cidade se reuniu e fundou a Cooperativa Agrária de Lavrinhas (CAL). Interessante notar que, um mês após a fundação da cooperativa, os primeiros materiais obtidos na nova forma organizacional foram expostos publicamente, como se os cooperados quisessem mostrar a força de sua união (ZANDONADI, 1980).

A fundação da cooperativa exemplifica a tentativa de aumentar o poder de barganha do grupo de agricultores, e ganhos de escala com custos de transação de seleção e compra de insumos. Esse seria um primeiro exemplo em VNI do surgimento de novas formas organizacionais [G1], baseadas em instituições privadas (associativa), decorrente de uma dinâmica entre agentes imersos em uma cultura coletivista, que gerou redução de custos de transação no relacionamento com fornecedores. A instituição privada (associação) surge para completar definições pré-existent nas relações personalizadas entre os produtores, os quais demandaram regras mais claras da cooperação, incluindo a forma da coalisão, as regras de entradas de novos membros naquela associação e divisão das sobras.

O número de indivíduos ou organizações realizando transações na região ainda era limitado pelas dificuldades de acesso. A amplitude do isolamento pode ser vista no fato de que até a década de 1940 só se falava a língua veneta na região [C2]. Tal isolamento da cidade só seria definitivamente eliminado com a construção da Rodovia BR 262, concluída no final da década de 1960. Com o aumento significativo do fluxo de pessoas na cidade, a definição dos acordos começa a ficar mais difícil, de modo semelhante ao indicado por North (1990). O depoimento do Bispo de Venda Nova de que com o passar do tempo essa união foi sumindo e começava a crescer a percepção de que algumas pessoas tentavam explorar as outras (LAZZARO; COUTINHO; FRANCESCETTO, 1992), reforça essa proposição.

A chegada de novos moradores, facilitada e atraída pela construção da rodovia, parece ter sido o início da introdução de heterogeneidades na base étnica, cultural e religiosa da comunidade de Venda Nova [E1]. Na década de 1970, quando a rodovia estava totalmente operacional já há alguns anos, Banck (1978) identificou surgimento de focos de tensão na comunidade de Venda Nova. O autor

defende que a diversidade de interesses entre plantadores de café e avicultores resultou no esmorecimento do espírito comunitário e dos ideais de solidariedade da comunidade [H2, I1, J1]. A cooperativa de café (CAL), por sua vez, não detinha o controle sobre toda a comercialização do produto. Apesar da cooperativa ter sido a responsável pelo primeiro financiamento bancário obtido em Venda Nova (ZANDONADI, 1980), ela parece ter perdido poder frente aos intermediários dos grandes comerciantes, que estavam conseguindo mais acesso aos recursos para financiamento da produção. Com cerca de 400 sócios em 1970, a cooperativa já lidava com divergências internas [H3, K1] (BANCK, 1978).

Lazzaro, Coutinho e Franceschetto (1992) identificaram duas dinâmicas opostas durante a realização do seu estudo, no final da década de 1980. Os autores afirmam que, durante a realização das pesquisas, perceberam acirrada disputa pela hegemonia social, política e econômica, entre muitas das famílias que haviam alcançado um maior *status* local [E2, H4]. Por outro lado, durante o levantamento dos dados, os autores tiveram a oportunidade de conviver com famílias das comunidades rurais interiores, e observaram o seu *modus vivendi* ainda profundamente ligado com a origem rural de seus antepassados [R1].

É plausível então assumir que existiam, por volta da década 1980, duas tendências contrastantes em relação aos padrões de comportamento social, político e econômico em Venda Nova. Entre os proprietários mais bem sucedidos, havia uma disputa por hegemonia que ilustrava um padrão similar ao comportamento de indivíduos em sociedades nas quais os aspectos de motivação econômica ganham força sobre os aspectos políticos e outros fatores sociais. Já entre os pequenos proprietários, habitantes do interior de Venda Nova, ainda era predominante a influência dos traços culturais, étnicos e religiosos dos antepassados italianos. O interior do município parecia ser o núcleo de persistência das normas culturais informais. Por sua vez, o motor para as mudanças nos modos de produção parecia estar localizado na cidade onde moravam os grandes proprietários.

É nesse contexto que se inicia a coordenação da atividade econômica do agroturismo no município de Venda Nova do Imigrante. Analogamente às proposições de Aoki (2001) e North (1990), sugere-se que o agroturismo teve início em um período de transição institucional, caracterizado pela busca de novas formas de coordenação das atividades econômicas realizadas na cidade, envolvendo principalmente os proprietários mais bem

sucedidos. Contudo, persistem alguns elementos étnicos, culturais e religiosos da antiga comunidade de Venda Nova.

A seguir são apresentadas três fases da trajetória institucional do agroturismo em VNI: a primeira, na qual não existe uma ação organizada; a segunda, na qual os indivíduos e organizações se mobilizam e coordenam a estruturação da atividade na cidade; e por fim, a terceira fase, indivíduos e organizações passam a dividir a coordenação com agentes públicos.

4.2 Primeira Fase: Raízes do Agroturismo em Venda Nova

Em Venda Nova, as raízes do agroturismo parecem se encontrar nas características peculiares do município. O isolamento das cidades próximas pelas péssimas condições de acesso dificultava até mesmo a compra de produtos básicos. A predominância do café nessa época, como a da cana de açúcar em outros tempos, não impedia que as propriedades, mesmo pequenas, fossem autossuficientes na obtenção dos produtos de subsistência [B2, C3]. Terminada a colheita do café e preparada a terra para o plantio de cereais, comumente o sítio do lugar atuava na fabricação do açúcar. Cada propriedade possuía um pequeno engenho de madeira, movimentado por junta de bois. As últimas tachadas do açúcar eram reservadas para a retirada do melado, servido como sobremesa nas refeições diárias, além de outros doces (ZANDONADI, 1980). Enquanto VNI construía as bases da oferta de produtos e serviços, a demanda por serviços de turismo era desenvolvida a 15 km dali, o que era um bom incentivo para atrair esse mercado em potencial [F1]. Relatos sugerem que no fim da década de 60, Pedra Azul, distrito do município de Domingos Martins, já recebia alguns turistas vindos da capital Vitória. Além de produzir vinhos, moradores de Pedra Azul começaram a servir pratos típicos portugueses em suas casas e vender alguns produtos como brócolis, azeitonas, morangos e figos. Principalmente turistas portugueses começaram a frequentar Pedra Azul aos fins de semana. Em 1986, a família Zorzal Carnielli foi uma das pioneiras a entrar no setor, seguida de três outras propriedades, todas explorando a atividade isoladamente.

4.3 Segunda Fase: Fundação do Hotel Alpes em Venda Nova

Em 1992, com a fundação do Alpes Hotel, incentivos suficientes se reúnem para mobilizar alguns dos proprietários rurais em Venda Nova. Uma série de condições parece ter direcionado a cidade para a atividade

do agroturismo, como o aumento no número de turistas [F2], a fixação das famílias de Venda Nova no campo com a produção de subprodutos na agricultura de subsistência [F3] e o declínio do café (iniciado na redução de áreas de plantio para controle de preços pelo governo na década de 60) [F4]. A combinação desses eventos serviu de catalisador para a interação de diversos aspectos relacionados às tradições e costumes, contribuindo assim para a criação de uma identidade particular ao agroturismo, com o fortalecimento da cooperação e do trabalho associativo. Essa descrição remete à proposição de North (2005) de que o patrimônio cultural é a base determinante da estrutura institucional. A análise das fontes históricas, os depoimentos dos entrevistados e a observação das atividades desenvolvidas no agroturismo levam ao entendimento de que esses aspectos formaram as bases para o surgimento de processos mais detalhados de organização, como associações e grupos na comunidade.

Um conjunto de organizações, em diferentes níveis, teve participação direta na mobilização, organização e coordenação das atividades em torno do agroturismo. São exemplos: as associações de produtores de café, de hortaliças, dos pecuaristas, do meio ambiente, de produtores e famílias e da Festa da Polenta (AFEPOL), além de conselhos comunitários e grupos voluntários [G2]. As relações sociais estabelecidas por meio da participação efetiva e constante nessas organizações contribuíram para o conhecimento mútuo dos membros. A proposição de North (1994) de que os indivíduos cooperam com os outros quando existir um pequeno número de participantes em um jogo repetido, parece ser observada em Venda Nova por meio da tradição coletivista. O agroturismo parece ter se estabelecido em um ambiente institucional típico do padrão que segue o caminho evolucionário das trocas personalizadas, para as trocas impessoais sujeitas ao *enforcement* das ligações de proximidade e códigos de conduta. Complementarmente, observa-se o uso da estrutura social mais segregada como fonte de *enforcement* coletivo, característica típica das sociedades coletivistas (GREIF, 1994).

Nas entrevistas, o nome do fundador do Alpes Hotel, o Sr. Luiz Perim, foi consistentemente mencionado como um dos principais responsáveis pela formulação do modelo de negócios do agroturismo. Ele conhecia o modelo de agroturismo da Itália e as propriedades de Venda Nova, pela sua própria experiência de consumo. Em 1992, reuniu um pequeno grupo de produtores e propôs uma parceria entre eles, na qual o hotel indicava os hóspedes para as propriedades, ao passo que essas ofertavam os produtos

e a possibilidade de conhecer o processo de produção [G3]. O pequeno número inicial de participantes parece ter sido fundamental no estabelecimento do novo modelo de coordenação das atividades. Um dos entrevistados afirmou que “começar com pouco é que é bom. O resto se quiser vem atrás”. Percebe-se a ênfase na necessidade de conhecer os parceiros de negócios, para que a confiança seja compartilhada.

Em seguida a equipe do canal de TV local elaborou uma reportagem sobre o agroturismo na região, que desencadeou outras reportagens e publicações em veículos de comunicação estaduais e nacionais [G4]. Com isso, segundo os entrevistados, começou a aumentar o fluxo de turistas [F4]. Esse fato foi confirmado com a análise dos livros de assinaturas nas propriedades, que trazem registros de comentários, dicas e sugestões dos turistas, em relação ao período indicado pelos entrevistados e à ocorrência de reportagens nos meios de comunicação local.

Com o agroturismo em evidência, os produtores e outros empresários locais que aderiram ao grupo inicial temeram pela saturação da atividade e perceberam a necessidade de diversificação dos serviços e produtos relacionados ao agroturismo. Foi idealizado então, em parceria, um circuito turístico, no qual as ofertas de serviços das diferentes propriedades e estabelecimentos se complementavam. Cada produtor indicava os turistas a outras propriedades e vendia produtos de outros parceiros, mesmo de propriedades que não recebiam o turista [G5].

Os produtores tinham interesse nessa relação horizontal, pois o agroturismo é motivado não somente por aquilo que uma propriedade oferece isoladamente, mas pela soma das alternativas que todas elas ofertam. Como mencionado por um entrevistado: “[...] a comunidade tem associativismo muito forte. Sempre que é para segurar o nome de Venda Nova do Imigrante todo mundo se une, mesmo com as divergências pessoais [...] um remete o turista para o outro [...]. Cada um toma um rumo, mas estão apostando no crescimento do outro para o negócio deles crescer também”.

O crescimento e a mudança nas atividades demandaram a reestruturação de alguns aspectos das propriedades, principalmente na estrutura a serviço do agricultor. Esse, por sua vez, foi levado a buscar preparação profissional [T1]. Os entrevistados também relataram ter buscado novas técnicas de produção e transformação [T2], e de promoção da imagem. O aumento da complexidade dos negócios e o delineamento do modelo de negócios levaram os pequenos e médios proprietários a investir na aquisição de conhecimentos sobre os diversos aspectos

do negócio do agroturismo [T3]. Os depoimentos parecem corroborar a proposição de que instituições definem uma estrutura de incentivos que direciona a aquisição de habilidades e conhecimentos pelos indivíduos (NORTH, 2005).

Enfim, esse movimento resultou na criação da Associação do Agroturismo de Venda Nova (AGROTUR), em março de 1993, com o objetivo de coordenar as atividades e promover o agroturismo regional [G6]. A AGROTUR centralizou a realização de atividades de promoção, capacitação e consultoria para os associados [T4]. Em 1993, em parceria com o SEBRAE-ES, foi instalada em Venda Nova uma agência para oferecimento de cursos e treinamentos de capacitação técnica, específicos para as necessidades da região. E pela parceria com o Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural (INCAPER), passaram a ser oferecidos cursos de organização das propriedades e de gestão do serviço turístico. No mesmo ano foi inaugurado o primeiro ponto de informação, venda e difusão do agroturismo, administrado e mantido pelos produtores [G7]. Com o *slogan* “Venda Nova do Imigrante, agroturismo o ano inteiro”, foi elaborado o primeiro mapa com o roteiro do agroturismo. Observa-se o surgimento de uma instituição privada com o objetivo de aumentar o poder de barganha de um determinado grupo de produtores e empresários junto ao poder público. A criação da AGROTUR é trazida como evidência da proposição de Aoki (2001) de que a transição de um contexto institucional para outro envolve a revisão dos modelos mentais dos indivíduos e organizações a respeito do jogo e a busca por novos modelos de coordenação. Atuando junto à Prefeitura, na Secretaria Municipal de Turismo de Venda Nova do Imigrante, a associação concluiu a elaboração do 2º mapa com roteiro do agroturismo, obtendo o reconhecimento público oficial da atividade [M1].

O agroturismo permitiu que os produtores rurais saíssem da improvisação de suas propriedades para a organização. Foi criada e fortalecida a imagem da empresa de agroturismo e a imagem da associação (AGROTUR). Ao mesmo tempo, observa-se a padronização da linguagem, dos termos e dos símbolos relacionados ao agroturismo. Nascia uma nova tipologia, o empresário de agroturismo, que buscava a padronização e a garantia de qualidade, o aumento da capacidade de coordenação, previsão e atendimento da demanda. Surgia um novo arranjo de coordenação das organizações envolvidas, que agora desejam alcançar um padrão estabelecido e disseminado via treinamentos. Portanto, as inovações trazidas com a

criação da AGROTUR (instituição privada surgida em forma de associação), e os movimentos subsequentes, como propõem Brousseau e Raynaud (2006) foi o vetor da mudança institucional, inovando as regras localmente, mesmo que essas estivessem sujeitas às instituições mais amplas, ao aderirem à associação, os agentes “compravam” uma coordenação das atividades segundo novos padrões.

4.4 Terceira Fase: Dispersão da Base Cultural e Aumento da Heterogeneidade dos Indivíduos e Organizações do Agroturismo

Com o agroturismo ganhando evidência, houve intervenção da fiscalização sanitária, com a proibição da comercialização dos produtos, pois não atendiam às exigências da vigilância sanitária. Os produtores rurais, para dar continuidade às atividades turísticas, teriam que atender à legislação vigente, feita para grandes estruturas, o que inviabilizaria a atividade [F5]. Tais fatos parecem característicos do aspecto estático das instituições públicas, de que elas não são negociáveis, mas sim oferecem limites impostos, dentro dos quais os tomadores de decisão têm que buscar estratégias de interação (NORTH, 1990).

Por meio da AGROTUR, os produtores articularam a municipalização da atuação da secretaria de vigilância sanitária, possibilitando ao pequeno produtor sair da clandestinidade [M2]. Os empresários do agroturismo conseguiram em 1994, junto à Câmara Municipal de Vereadores e à Prefeitura Municipal, a criação da Lei de Vigilância Sanitária, e da instituição do SIM - Selo de Inspeção Municipal, adequando as normas de vigilância sanitária ao contexto local [N1]. Esse acontecimento garantiu autenticidade ao agroturismo e legitimou a qualidade dos produtos de origem animal e vegetal. Nessa sequência de eventos, percebe-se o papel das instituições enquanto provedoras de limites para as escolhas dos indivíduos. Estes, apesar de agirem de acordo com seus interesses, têm suas ações em interdependência com as de outros indivíduos. A satisfação do interesse comum requer que os indivíduos se organizem estrategicamente e, em alguns casos, modifiquem as regras formais do jogo, propiciando mudança no ambiente institucional (AOKI, 2001; NORTH, 1990).

Destaca-se o papel da instituição privada AGROTUR como mediadora dos interesses do agroturismo local, possibilitando atenuar uma imposição da instituição pública de modo a manter viável a atividade econômica. Com a adequação das normas de vigilância sanitária à realidade local, as propriedades foram se adaptando. Foram

construídas áreas para manipulação de alimentos, realizados investimentos em tecnologia e melhorias de processos de produção. Com o uso de recursos do PRONAF, investiram também na adequação das agroindústrias. No entanto, o direcionamento da produção não foi aleatório. Há um evidente efeito de *path dependence*, pois os produtos comercializados eram aqueles cultivados para a subsistência da propriedade, como arroz, milho, fubá, feijão, doces caseiros, entre outros [A5, B3, C4]. Verifica-se nesse processo também o papel do INCAPER, que com seus profissionais deu sustentação técnica e especializada à AGROTUR e aos produtores. Além disso, valendo-se de sua reputação, os técnicos do INCAPER exerceram a intermediação entre os agentes do agroturismo e os agentes do sistema de crédito financeiro.

Em parceria com a Prefeitura Municipal de Venda Nova do Imigrante foi viabilizada em 2005, a construção do posto de informações turísticas e sede própria da AGROTUR. Também foram realizadas duas feiras estaduais do agroturismo e foi viabilizada a participação na 1ª feira do agroturismo em Brasília. Atualmente, o programa Café de Qualidade, iniciado em 2004, representa uma iniciativa de agregar valor e divulgar o agroturismo, acrescentando novas possibilidades à atividade [G8]. Atualmente, com seus 20 mil habitantes, a cidade emancipada de Conceição do Castelo em 1989, conta com 80 produtores atuantes no Agroturismo, 50 deles associados à AGROTUR, e um variado perfil agropecuário⁷.

4.5 Difusão de Interesses da Associação Privada

A AGROTUR neste estudo deve ser entendida como uma instituição privada, que fornece regras de conduta aceitas voluntariamente por parte dos atuantes no agroturismo local (associados), e permite ganhos de cooperação em ações de melhoria para o setor. Como mecanismo de coordenação de interesses privados, a

associação assume uma característica de clube, pela adesão voluntária, não mandatária, às regras criadas pelos fundadores, e que devem ser comuns a todos os membros vindouros (BROUSSEAU; RAYNAUD, 2006). E a dinâmica da condução dos interesses coletivos pelos agentes importa no resultado.

Na fundação da AGROTUR, a comunidade estava passando por uma mudança institucional informal, como já mencionado. Nesse tópico discute-se o papel da associação nessa trajetória e aspectos cognitivos dos agentes operando sob as várias estruturas de incentivo, superpostas por diferentes instituições, que poderiam reduzir a eficiência da coordenação (PRASAD, 2003).

Em North (2005) as organizações vão preferir ganhos de economia de escala e externalidades de rede, gerando uma mudança dependente do caminho anterior e, portanto incremental. Somada a essa proposição, Aoki (2001) propõe que indivíduos vão questionar as instituições quando perceberem as regras como não consistentes em relação aos resultados que espera. Nesse momento surge uma crise institucional, e o agente irá testar novas possibilidades. Unindo as duas proposições, o agente irá preferir ganhos de escala e externalidades de rede existente, testando novas formas de utilizar a mesma instituição estabelecida de forma mais favorável a si ou ao seu grupo. Assim, fica clara a existência de dois momentos distintos na associação AGROTUR. Em primeiro momento, indivíduos que operam de forma coletivista atuam com consistência, buscando a coletividade dentro de regras privadas que permitem escolhas que satisfaçam o coletivo. Em seguida, indivíduos que operam de forma individualista, também vão buscar dentro dessas mesmas regras privadas, operar de forma a maximizar suas preferências ou do grupo que ele representa.

Enquanto a instituição informal predominante que agia sobre o grupo era coletivista, o bem comum como algo a ser atingido, equilibrava eventuais interesses individuais extremos, o que favorecia o grupo inicial que fundou a AGROTUR. Esse grupo elegeu os cinco primeiros presidentes da AGROTUR (de 1993 a 2003) que detinham o poder de decisão sobre o agroturismo, delegado pelos outros membros, e o exerciam com o auxílio de um superintendente da AGROTUR. Nessa primeira fase, o agroturismo foi organizado em torno de um grupo de membros fundadores, que tinham uma relação mais intensa e mais próxima.

Com o crescimento, outros produtores que aderiram ao agroturismo tornaram-se membros da AGROTUR,

⁷Segundo Censo Agropecuário do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2006) a composição da atividade agropecuária em VNI era assim formada (unidades produtoras/ produção anual em 2006): Café arábica (468 und./ 3mil ton); Banana (72 und./376 ton); Cana-de-açúcar (12 und./338 ton); Laranja (11 und./162 ton); Feijão de cor (27 und./ 81 ton); Café canephora (3 und./16 ton); Mandioca (6 und./13 ton); Produção de leite de vaca (67 und./ 715 mil litros); Gado de corte (101 und./1797 cabeças). As terras plantadas, distribuídas em lavouras permanentes ou temporárias são: permanentes (494 und./4.100 ha), temporárias (354 und./2.100 ha).

devido à necessidade de interagir com o grupo de cofundadores e fazer parte do grupo. Ao fazer isso, aceitaram as regras baseadas nas preferências dos membros fundadores. Do grupo de novos associados surgiram os dois últimos presidentes da AGROTUR (de 2003 a 2007), a partir da entrada desse grupo a superintendência foi extinta. Para garantir participação direta no processo decisório da associação, o grupo que entrou posteriormente na AGROTUR investiu na ampliação do número de associados. Vários novos proprietários foram incentivados a se associar e ter peso de voto [O1], apesar das atividades exercidas por esses novos ingressantes não serem caracterizadas como agroturismo, pois envolvem atividades de trabalhos manuais e suas propriedades não são abertas aos turistas. Com isso formaram-se subgrupos dentro da AGROTUR, informalmente denominados de “grupo dos pequenos” e “grupo dos grandes” (membros fundadores), que acabaram colidindo por interesses conflitantes [H5]. O “grupo dos pequenos” está no segundo mandato na presidência da AGROTUR, enquanto o grupo dos membros fundadores permaneceu por cinco mandatos. Tais coalizões representam tentativas de aumentar o poder de barganha entre os grupos que formam a AGROTUR.

Inferiu-se o período de 2002/2003 como o ponto de inflexão na eficiência da AGROTUR como fomentadora da organização do agroturismo. A partir daí, os interesses conflitantes passam a impactar mais fortemente os comportamentos estratégicos dos agentes. Presume-se que os interesses divergentes dos agentes surgiram pela entrada de membros no clube que não compartilham características culturais e étnicas dos membros iniciais. As fontes de divergência citadas pelos participantes da AGROTUR envolvem [H6]: (a) a autonomia do agroturismo em relação ao poder público; (b) a ação da AGROTUR; (c) as diferentes concepções sobre o agroturismo. Observou-se que os membros fundadores pensam em ampliar o negócio e buscar novos mercados ou parcerias, com a AGROTUR fomentando e dando suporte. Os membros que aderiram posteriormente acham que deve haver “crescimento conjunto”, em outras palavras, esperam desfrutar das externalidades de rede geradas pela atuação das grandes propriedades. Exemplo da divergência é a função de uma pequena loja mantida pela AGROTUR, a qual no entendimento dos membros fundadores seria servir como ponto de divulgação, onde os turistas conheceriam o produto turístico e dali iria para as propriedades conhecer

o processo produtivo e realizar suas compras. Na atual gestão (“dos pequenos”) a loja opera como um ponto de venda para os produtores que não recebem o turista na propriedade ou que estão localizados na cidade e realizam trabalhos manuais.

Naturalmente observa-se na AGROTUR a dificuldade e desincentivo dos empreendedores do Agroturismo, que possuem propriedades maiores, em aplicar o que resta da orientação coletivista na arena política da associação, alocando seus próprios recursos, à medida que um potencial efeito carona começa surgir. Tal percepção seria evitada caso a gestão dos “pequenos” efetivamente mantivesse o desenvolvimento do setor como principal direcionador e pudesse entregar resultados visíveis. Do contrário o discurso de “construção de um crescimento conjunto” seria menos crível à medida que ações efetivas não seriam vistas, configurando apenas o interesse pela maximização de interesses isolados nas fatias das externalidades de rede.

As divergências identificadas podem ser analisadas com o apoio das proposições de North (1990), de que a mudança institucional se processa de modo incremental e dependente do caminho anterior e de Brousseau e Raynaud (2006), à medida as comunidades se expandem, elas tendem a se tornar mais heterogêneas (dada diversidade de identidade dos parceiros e das transações envolvidas). Observa-se que, após a intervenção da AGROTUR com o objetivo de mudar as regras formais de vigilância sanitária, e o consequente ganho de legitimidade do agroturismo, houve um crescimento do número de participantes da associação. Após um breve período, as divergências de interesses, além da perda de homogeneidade da base cultural se tornaram mais evidentes. Quanto mais heterogêneo o grupo e mais numerosas as transações relacionadas, menos a regra comum atende a todos os membros do grupo. Ainda, quanto mais heterogênea a população de agentes e transações relacionadas, menos adaptável e flexível é a regra comum, ou seja, ocorre um congelamento da instituição [L1], uma vez que os agentes possuem preferências diversas, com interesses divergentes, e experimentarão dificuldades de encontrar acordos que se adaptariam a qualquer situação. Como consequências foram observadas a diminuição na associação de novos proprietários ao grupo e a redução das ações conjuntas realizadas pela AGROTUR [K2].

A seguir a Figura 1 representa o relacionamento dos conceitos discutidos na análise.

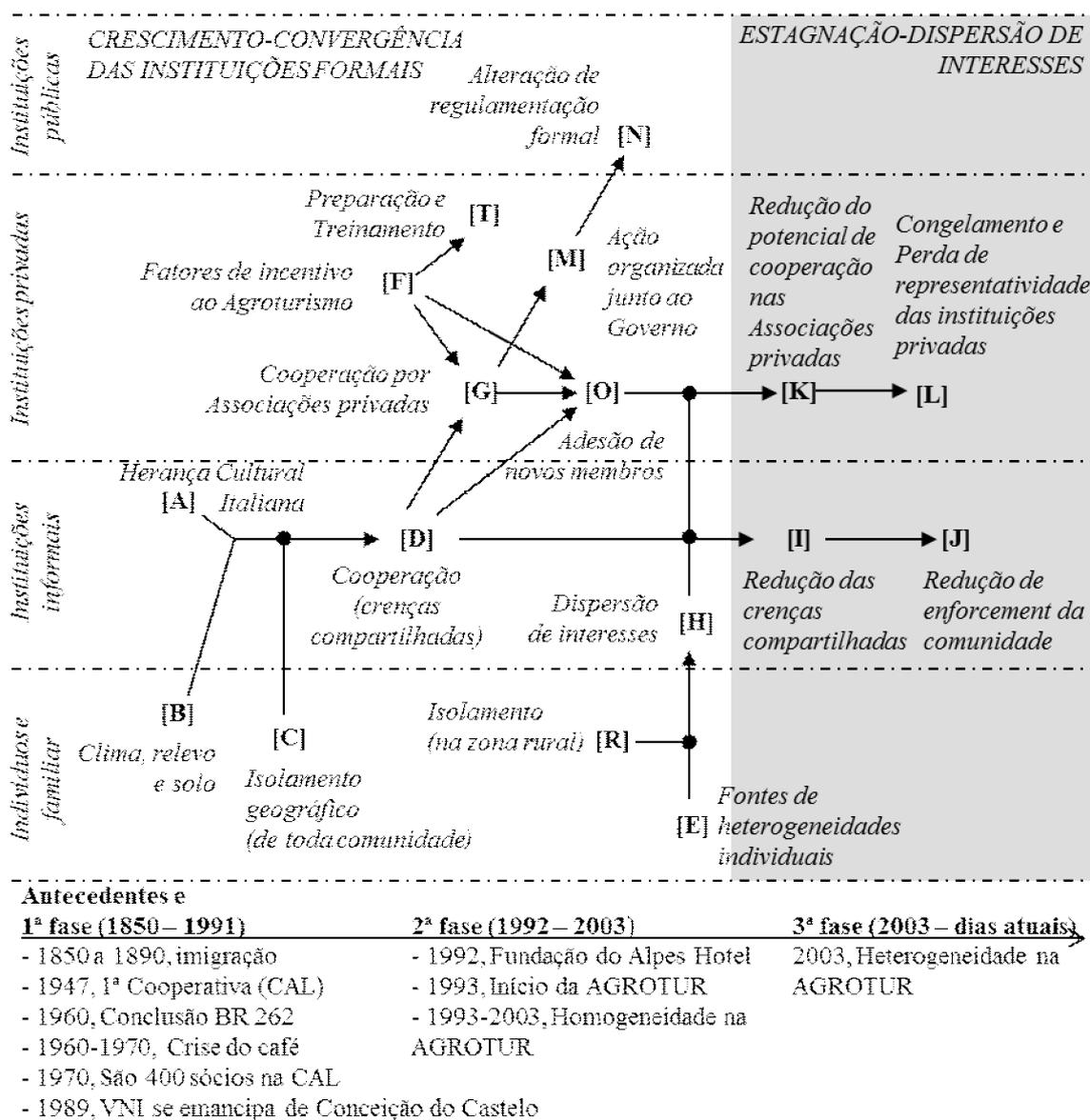


FIGURA 1 – Mapa de associação de conceitos observados e fases identificadas

5 CONCLUSÕES

A trajetória institucional do agroturismo em VNI parte de uma herança cultural coletivista, e condições geográficas que reforçam tal instituição informal, preservada até o final da década de 1940, quando a comunidade se vê aberta com a chegada da rodovia. A orientação coletivista começa pouco a pouco a ser substituída, pois os hábitos e rotinas que a reforçava e a alimentava deixaram de ser parte da rotina dos indivíduos.

Os mutirões foram substituídos pela tecnologia e prestação de serviços vindos dos grandes centros. O agroturismo surgiu na região no momento de transição da instituição informal coletivista. Pode-se dizer que VNI atualmente vive um estado de equilíbrio institucional, e que os agentes naquela comunidade operam segundo uma “regra do jogo” aceita por todos, e que é menos coletivista em relação à sua origem. Essa mudança demandou novas formas de organização, mais voltadas para os ganhos individuais nas

propriedades. Para tanto houve avanços na especialização de trabalho, na profissionalização e capacitação.

O grande pivô do impulso ao agroturismo foi a criação da AGROTUR, tratada no estudo como uma instituição privada, que fornece regras de conduta aceitas voluntariamente por parte dos atuantes no agroturismo local (associados), e que permite ganhos de cooperação em ações de melhoria para o setor. Na sua atuação a AGROTUR passou por dois momentos distintos em relação à aderência entre as instituições informais existentes (*organic private-order*) e as regras privadas desenhadas (*designed-private order*). As regras de conduta contratadas entre os primeiros associados possuíam pouca contribuição de coordenação, dado que aqueles quatro fundadores atuavam em regime de cooperação, segundo a instituição informal coletivista que já operavam. Contudo, com a adesão de novos associados, as regras de conduta reduziram os custos de coordenação entre eles (casos eles fossem se coordenar por relações um a um), sobretudo quando aquela herança cultural coletiva não era mais predominante. Apesar de uma redução da ação coletivista, observou-se ganhos de eficiência adquiridos no processo de estruturação do agroturismo, que vieram de ganhos de escala na coordenação do grupo, na representação junto ao setor público, na divulgação dos serviços e na capacitação de mão de obra. Destaca-se que a articulação dos agentes chegou a influenciar a alteração de uma legislação municipal, ou seja, alterando uma condição legal que causaria perdas às propriedades, sem gerar qualquer ganho à sociedade, simplesmente por um desenho mal feito da legislação sanitária.

As evidências confirmam as proposições teóricas de Aoki (2001), Greif (1994) e North (1990, 2005). Interesses comuns entre agentes, como dificuldades similares, potencializadas pela herança cultural coletivista, propiciaram no início da atividade, um aumento na capacidade de coordenação e conseqüentemente na eficiência do agroturismo, devido aos laços culturais entre os membros fundadores. Em seguida, o aumento da divergência de interesses, incluindo a extinção das dificuldades iniciais de sobrevivência compartilhadas, aumenta a complexidade e dificuldade de coordenação da atividade. Pode-se então sugerir que a herança cultural influenciou a formação das instituições privadas, tanto as informais (*organic-private order*) que decorreram dos hábitos e convenções trazidos da Itália, e reforçados localmente, quanto às deliberadas e formais (*designed-private order*). A divergência de interesses surge com o aumento das propriedades no setor, provavelmente

potencializada por uma crescente concorrência, dada a similaridade de alguns produtos que competem por turistas escassos. Assim, a difusão dos interesses dos agentes que começaram a atuar nas instituições privadas alterou nitidamente a dinâmica de tais instituições, assim como o poder das mesmas na comunidade, dividindo em duas fases: uma de convergência de interesses onde se deu o crescimento das associações em torno do objetivo da expansão coletiva do agroturismo, seguida da fase de dispersão de interesses, na qual nota-se que os agentes buscavam proteger suas posições particulares em detrimento do coletivo. Seguindo a proposição de Brousseau e Raynaud (2006), pode-se propor que tal difusão atuou como efeito moderador da efetividade das instituições privadas na comunidade, levando a associação a uma temporária estagnação.

Em relação ao agroturismo em si, como comentado, duas das principais dificuldades de seu desenvolvimento são: a deficiência de conhecimentos específicos sobre a prestação de serviços de turismo e a falta de habilidades gerenciais dos agentes envolvidos. Ambos os aspectos foram alvo da atuação cooperada via AGROTUR e suas parceiras, o que colocou VNI definitivamente no mapa do turismo da região. A cooperação ainda gerou a criação da central de informações turísticas, a criação do mapa do agroturismo com o mapeamento das propriedades e atrações, divulgado nacionalmente, e melhorias de infraestrutura realizadas pelo município depois de reconhecer o setor como motor de seu desenvolvimento.

Em termos de benefícios do crescimento do agroturismo, destaca-se o aumento do número de propriedades atuantes e conseqüente número de empregos e PIB associados. Apesar de não ser possível afirmar que as mudanças foram todas associadas ao agroturismo, no mínimo pode-se dizer que foi copartícipe do desenvolvimento e da mudança no perfil das propriedades. De 1999 a 2010, o PIB de serviços cresceu 5 vezes mais do que o agropecuário. E o número de unidades produtoras cujo perfil é “propriedade individual” cresceu no mesmo período (490 und. para 562 und.) enquanto a área ocupada por elas reduziu (14,300 ha para 10,700 ha), indicando redução do porte das propriedades. Em relação à retenção de mão de obra, enquanto o Estado do Espírito Santo no período de 1996-2006 teve uma redução de 24% na relação “pessoal empregado no campo/população total”, Venda Nova perdeu 32%, denotando um crescimento de atividade na zona urbana. Tampouco em números absolutos a quantidade de pessoal empregado se manteve (em 1996-2006, de 3.806 para 3.380 pessoas ocupadas nas

propriedades rurais). Dessa forma, não se tem evidências de que o turismo rural em VNI tenha conseguido, ao menos nesse momento, a retenção do homem na produção rural, apesar de mostrar certa sustentabilidade das pequenas propriedades. Ocorreu também de 1999 a 2010 o surgimento das cooperativas (0 para 81 und.) e sociedades anônimas (0 para 15 und.) como proprietárias de terras, mostrando novas formas de divisão dos resíduos da atividade agrícola e portanto novos perfis de investimentos futuros.

Sugere-se que outros estudos complementem a análise apresentada aqui, analisando a alteração da estrutura das propriedades rurais, como iniciado no parágrafo anterior, aprofundando a cooperação em investimentos nas propriedades em si. Ainda, para analisar o efeito da herança cultural como fator exógeno à dinâmica institucional, poderia ser desenvolvida análise histórica e institucional comparada em comunidades de heranças culturais diferentes, observando-se os possíveis impactos de tais diferenças nas estruturas de direitos de propriedade e nos custos de transação decorrentes. No próprio estado do Espírito Santo podem ser observadas, nas proximidades de Venda Nova do Imigrante, comunidades com clima e relevo semelhantes, porém com forte presença de imigração alemã, pomerana e portuguesa. Outros estudos conduzidos nesses locais poderiam trazer maior compreensão do processo de mudança institucional.

6 AGRADECIMENTOS

Os autores agradecem aos avaliadores anônimos pelas contribuições significativas que possibilitaram a melhoria do trabalho.

Marcelo S. Pagliarussi agradece à Fundação de Amparo à Pesquisa do Espírito Santo (FAPES) pelo apoio financeiro recebido.

7 REFERÊNCIAS

- AOKI, M. **Toward a comparative institutional analysis**. Cambridge: The MIT, 2001.
- BANCK, G. A. Estratégias de sobrevivência em duas comunidades ítalo-capixabas. In: _____. **Estudos em homenagem a Ceciliano Abel de Almeida**. Vitória: Fundação Ceciliano Abel de Almeida, 1978. p. 65-84.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1997.
- BARZEL, Y. Measurement cost and the organization of markets. **Journal of Law and Economics**, Chicago, v. 25, n. 1, p. 27-48, 1982.
- BITTENCOURT, G. **História geral e econômica do Espírito Santo: do engenho colonial ao complexo fabril-portuário**. Vitória: Multiplicidade, 2006.
- BOGDAN, R.; BIKLEN, S. **Investigação qualitativa em educação**. Porto: Porto Editora, 1994.
- BROUSSEAU, E.; RAYNAUD, E. **The economics of private institutions: an introduction to the dynamics of institutional frameworks and to the analysis of multilevel multi-type governance**. Disponível em: <<http://ssrn.com/abstract=920225>>. Acesso em: 10 jul. 2006.
- BUSBY, G.; RENDLE, S. The transition from tourism on farms to farms tourism. **Journal of Rural Studies**, New York, v. 21, n. 4, p. 635-642, 1999.
- CAMPANHOLA, C. Panorama do turismo no espaço rural brasileiro: nova oportunidade para o pequeno agricultor. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE TURISMO RURAL, 1., 1999, Piracicaba. **Anais...** Piracicaba: FEALQ, 1999. p. 9-42.
- CAMPBELL, D. T.; FISKE, D. W. Convergent and discriminant validation by the multitrait-multimethod matrix. **Psychological Bulletin**, Washington, v. 56, n. 2, p. 81-105, 1959.
- COLBARI, A. Familismo e ética do trabalho: o legado dos imigrantes italianos para a cultura brasileira. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 17, n. 34, p. 54-74, 1997.
- COSTA, L. **A colônia do Rio Novo: 1854/1880**. 1981. 116 p. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 1981.
- DAVIDSON, R. **Tourism in Europe**. Paris: Techniplus, 1992.
- FLETCHER, J.; COOPER, J. Tourism strategy planning. **Journal of Rural Studies**, New York, v. 23, n. 1, p. 181-200, 1996.
- GREIF, A. Commitment, coercion, and markets: the nature and dynamics of institutions supporting exchange. In: MÉNARD, C.; SHIRLEY, M. M. (Ed.). **Handbook of new institutional economics**. New York: Springer, 2005. p. 726-786.

- _____. **Cultural beliefs and the organization of society: a historical and theoretical reflection on collectivist and individualist societies.** *Journal of Political Economy*, Chicago, v. 102, n. 5, p. 912-950, Oct. 1994.
- _____. Historical and comparative institutional analysis. **The American Economic Review**, Nashville, v. 88, n. 2, p. 80-84, 1998.
- _____. Microtheory and recent developments in the study of economic institutions through economic history. In: KREPS, D. M.; WALLIS, K. F. (Ed.). **Advances in economic theory**. Cambridge: Cambridge University, 1997. p. 79-113.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo agropecuário 2006: resultados preliminares**. Rio de Janeiro, 2006.
- LAZZARO, A.; COUTINHO, G. A.; FRANCESCHETTO, G. **Lembranças camponesas: a tradição oral dos descendentes de italianos em Venda Nova do Imigrante**. Vitória: Fundação Ceciliano Abel de Almeida, 1992.
- NILSSON, A. Staying on farms: an ideological background. **Journal of Rural Studies**, New York, v. 29, n. 1, p. 7-24, 2002.
- NORTH, D. C. Economic performance through time. **The American Economic Review**, Nashville, v. 84, n. 3, p. 359-368, 1994.
- _____. Institutions and the process of economic change. **Management International**, Wiesbaden, v. 9, n. 3, p. 1-7, 2005.
- _____. **Institutions, institutional change and economic performance**. Cambridge: Cambridge University, 1990.
- PIN, W. J.; CARNIELLI, L. **Agroturismo: impactos sobre o turismo no espaço rural no Espírito Santo**. Vitória: SEBRAE, 2007.
- PRASAD, B. C. Institutional economics and economic development: the theory of property rights, economic development, good governance and the environment. **International Journal of Social Economics**, Bradford, v. 30, p. 741-762, 2003.
- ROQUE, A. M. **Turismo no espaço rural: um estudo multicaso nas regiões sul e sudoeste de Minas Gerais**. 2001. 106 p. Dissertação (Mestrado em Administração Rural) - Universidade Federal de Lavras, Lavras, 2001.
- SCHNEIDER, S.; FIALHO, M. A. V. Atividades não agrícolas e turismo rural no Rio Grande do Sul. In: CONGRESSO INTERNACIONAL SOBRE TURISMO RURAL E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, 2., 2000, Santa Maria. **Anais...** Santa Maria: EDUSC, 2000. 1 CD-ROM.
- SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS. **Cidade do Espírito Santo é a capital nacional do agroturismo**. Vitória, 2005.
- SILVA, G. da J.; VILARINHO, C.; DALE, P. J. Turismo em áreas rurais: suas possibilidades e limitações no Brasil. In: UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA. **Turismo rural e desenvolvimento sustentável**. Santa Maria, 1998. p. 11-49.
- SNOW, C. C.; THOMAS, J. B. Field research methods in strategic management: contributions to theory building and testing. **Journal of Management Studies**, Oxford, v. 31, p. 457-480, 1994.
- SPINK, M. J. (Org.). **Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano: aproximações teóricas e metodológicas**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2004.
- WILLIAMSON, O. E. **The economic institutions of capitalism: firms, markets, relational contracting**. New York: The Free, 1985.
- _____. The economics of governance. **American Economic Review**, Nashville, v. 95, n. 2, p. 1-18, 2005.
- YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 3. ed. São Paulo: Bookman, 2005.
- YOON, Y.; GURSOY, D.; CHEN, J. S. Validating a tourism development theory with structural equation modeling. **Journal of Rural Studies**, New York, v. 22, n. 9, p. 363-372, 2001.
- ZANDONADI, M. **Venda nova: um capítulo na imigração italiana**. São Paulo: Escolas Profissionais Salesianas, 1980.